

Indo ou vindo

MARCELLO DE OLIVEIRA PEREIRA*

Prece

Senhor, a noite veio e a alma é vil.
Tanta foi a tormenta e a vontade!
Restam-nos hoje, no silêncio hostil,
O mar universal e a saudade.

Mas a chamma, que a vida em nós creou,
Se ainda ha vida ainda não é finda.
O frio morto em cinzas a ocultou:
A mão do vento pode erguel-a ainda.

Dá o sopro, a aragem, – ou desgraça ou ancia –,
Com que a chamma do esforço se remoça,
E outra vez conquistemos a Distância –
Do mar ou outra, mas que seja nossa!

31-12-1921 / 1-1-1922

Fernando Pessoa (1980, p. 59)

INTRODUÇÃO

O presente trabalho¹ consiste em uma tentativa de aproximação ao texto da carta do *achamento*, isto é, a carta que Pêro Vaz de Caminha escreveu ao rei de Portugal narrando as *novas* relativas

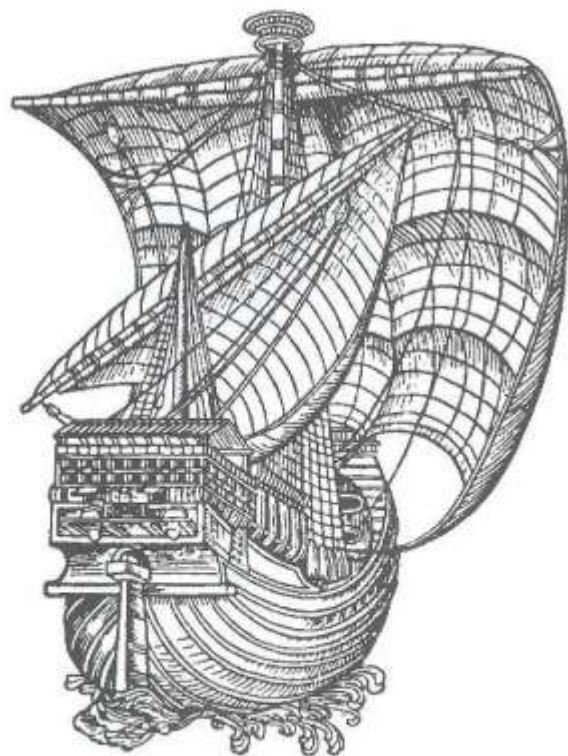
* Mestrando em Psicologia – PUCRS

¹ O título *Indo ou vindo*, irresistivelmente anagramático e homófono, provém, por analogia, da discussão de uma homofonia feita por A. M. de Souza (1996). O texto consiste em um corpo principal e, à direita, outro fluxo, nascente, foz, afluente ou confluyente ...

ao encontro da armada com uma terra desconhecida. Manuscrita ao longo dos dias 21 de abril a 1º de maio de 1500 (mais provavelmente nesse último), guardada no Arquivo da Torre do Tombo e publicada pela primeira vez em 1817, seu texto, hoje, embora legível em certos trechos sem maiores problemas, apresenta dificuldades de leitura apreciáveis: a caligrafia, a terminologia de época, a sintaxe do português quinhentista...

Entretanto, por sua importância documental, a carta foi objeto de análises paleográficas e históricas que produziram outros textos estabelecidos conforme a ortografia e sintaxe do português atual. Dessas análises e comentários consideramos especialmente a de Guerreiro e Nunes (1974) e a de Dias et al. (1923).

De ponto de vista mais semiótico, e foi este artigo que anos atrás despertou meu interesse pela carta, há o trabalho de Santos (1986).



Para contextualizar a história de Portugal ao tempo das navegações utilizei a já mencionada obra de Dias, bem como a de Sérgio (1974) e Azevedo (1978). Consultei ainda, no que toca à história do período que antecedeu e sucedeu a descoberta da América e sua conquista e colonização, uma obra coletiva editada pela Tusquets em quatro volumes, entre outros trabalhos que serão aos poucos mencionados.

No plano da lingüística, observe a metodologia e os conceitos desenvolvidos por Authier-Revuz (1990; 1995) para analisar a heterogeneidade no discurso. Trata-se, é claro, de um exercício e mesmo de um desafio aplicar à carta de Caminha o aparelho conceitual de Authier-Revuz. Assim, dispensei maiores pretensões e dou livre curso açando velas e içando a âncora...

O CONTEXTO DA EXPEDIÇÃO DE CABRAL EM 1500

A armada de D. Manuel que deixou o Restelo na segunda-feira, 9 de março de 1500, era comandada por Pedro Álvares Cabral e compunha-se de treze naus equipadas com armamentos diversos, muitos bens de valor destinados a agraciar e comerciar com monarcas da Índia, contando com mil e quinhentos homens (dos quais vinte degredados).

Antes de acompanhar a frota de Cabral, a melhor e mais bem aparelhada expedição que os portugueses organizaram até 1500, convém situar os acontecimentos que a antecederam.

Descobrimentos e política no final do século quinze português

Ao longo do século quinze consolida-se em Portugal a política chamada por A. Sérgio (1974, pp. 27-8) de "a política do Transporte" em detrimento de uma outra dimensão preocupada com o assentamento de agricultores e criadores na área rural. A política de transportes, isto é, o tráfego marítimo, era uma alternativa habilmente estimulada às dificuldades emergentes e recorrentes que tinham as sociedades europeias de contatar comercialmente o oriente médio e outros pontos como a África e o extremo oriente. Os monarcas portugueses no período estimularam com isenções de taxas tanto a construção naval quanto as próprias atividades comerciais decorrentes dos empreendimentos marítimos.

Seja a ineficácia da política agrária ou a eficácia daquela marítima, o fato é que Portugal vê de pronto esvaziarem-se os campos

e multiplicar-se uma burguesia comercial bastante cosmopolita e heterogênea pelas origens. Simultaneamente, a aristocracia portuguesa faz um contraponto e, salvo notáveis exceções, investe e cristaliza situações e uma cultura bizarra em termos de fanatismo religioso e distanciamento do restante da Europa. Entre as exceções está o reinado de D. Henrique, dito O Navegador, quem toma assessores e assim vem a ser o principal fomentador da época dos descobrimentos.

No início do século quinze os portugueses já dominavam a navegação costeira em algumas áreas da África ocidental mais próximas da Europa e pouco a pouco aventuravam-se mais ao sul, estabelecendo contatos litorâneos, povoando algumas ilhas e, principalmente, constituindo um domínio razoável das técnicas de navegação e recolhendo informações sobre a geografia da região. Com o passar do tempo buscaram formas de alcançar o extremo oriente por via marítima e, assim, evitar a intermediação comercial, principalmente, dos venezianos e dos árabes (mouros¹). À queda de Constantinopla em 1453-4, sucederam enormes barreiras às habituais rotas comerciais marítimas e terrestres cujo início e fim era Veneza, à medida que se consolida o Império Turco. Segundo A. Sérgio (1974, p. 44), eis a rotina dos navegantes portugueses:

Iam todos os anos navios à África, com ordem de a descerem quanto pudessem.

A rota do comércio continuava partindo e retornando de Veneza: Veneza, Alexandria, Cairo, Suez, Meca, Calicute² e retorno. A pimenta, volumoso comércio, custava muito caro conforme os relatos. Levava-se ouro, prata, pedras, corais entalhados, lã, veludo, couro e açafrão, para trocar por pimenta, açúcar, algodão, corantes, gengibre, noz-moscada e canela, entre outras mercadorias. Para que se tenha idéia da importância das mercadorias basta notar que o açúcar, raro ao longo da idade média européia, consta em testamentos de pessoas ricas:

Passando das aplicações médicas a ser condimento apreciado, o açúcar, até ao tempo da intervenção dos portugueses, no século XV, era como a pimenta droga de luxo, acessível a poucos, e usada somente dos beneméritos da fortuna. Antes de entrar nas lojas

¹ Por mouros, deve-se entender, de acordo com A. Sérgio (1974, p. 62): "era o nome que davam os nossos [os portugueses da época] a um acervo de populações - árabes e etíopes, persas, turcomanos, afgãos, - que, descidos do mar Roxo e do golfo Pérsico, dominavam no litoral da Índia e da África oriental, e exerciam o monopólio do comércio marítimo".

² Não confundir Calicute (na costa do Índico) e Calcutá (no golfo de Bengala).

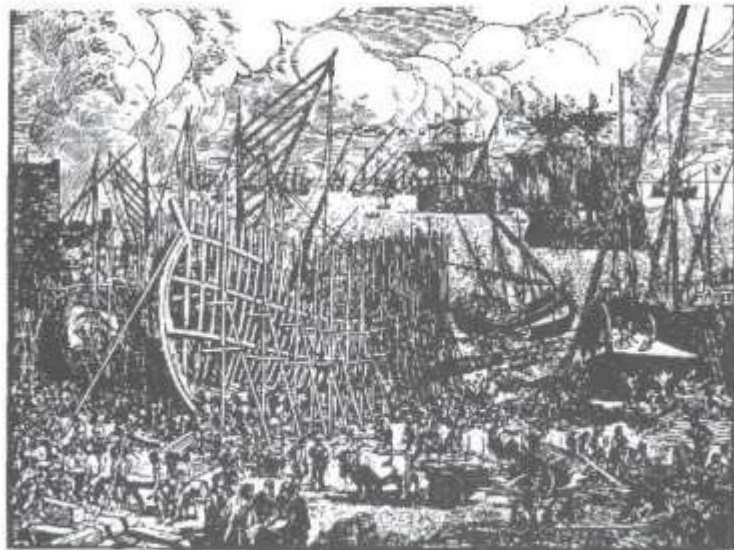
de viveres vendia-se nas boticas. Conjuntamente servia para acudir aos doentes e para a fabricação de apreciados e custosos manjares. Possui-lo na copa era índice seguro de opulência. Já no declinar da Idade Média, pequenas quantidades dele se mencionam em testamentos, como legados de importância, e chefes de Estado não dedignavam de oferecer e aceitar por brinde a gostosa mercadoria. (Azevedo, 1978, p. 215-6)

Os portugueses muitas vezes alcançaram o sul do continente africano, e a viagem de Bartolomeu Dias principiada em agosto de 1487, conforme A. Sérgio (1974, p. 55)

constituiu o verdadeiro descobrimento do caminho marítimo para a Índia.

Chegaram ao dito Cabo da Tormentas, mas apenas iria ultrapassá-lo o Vasco da Gama, a bordo da nau São Gabriel, numa expedição que iniciou em 1497 e findou-se em 9 de setembro de 1499, rebatizando o tal Cabo agora como sendo da Boa Esperança.

O Gama, nascido no Alentejo em torno de 1469, ainda tornará à Índia em mais duas viagens e lá será sepultado, em Cochim, em 1524.



Estaleiro da Ribeira da Nâus (ilustração extraída de Dias, 1923)

Na primeira viagem Vasco da Gama levou 4 meses para chegar ao sul da África e mais quase um mês de Melinde (África) a Calicute (Índia). As quatro naus da expedição deixam Calicute em 10 de julho de 1498 depois de uma intriga que levou à desavenças com grupos locais. Quando as três restantes (a São Rafael afundou na costa africana) chegam a Portugal em 1499, já está em preparo outra armada para a expedição de Cabral.

Descobrimientos espanhóis

Entre a viagem de Bartolomeu Dias (1487) ao extremo sul da África e a expedição de Vasco da Gama à Índia (1497-9), Cristóvão Colombo, a serviço da coroa espanhola, em 12 de outubro de 1492, chegava ao mar do caribe e aportava nas Bahamas, em São Domingo e Cuba.

Nascido em Gênova, Itália, em 1451, Colombo capitaneava a expedição espanhola que visava alcançar a Índia – mais especialmente Cathay (China) e Xipango (Japão) – numa rota distinta daquela buscada pelos portugueses, e de fato é lá que pensa ter chegado, ou melhor, em algumas de suas ilhas

Señor,

Porque sé que os complacerá conocer la gran victoria que nuestro Señor me ha dado en mi viaje, os escribo ésta por la cual sabréis cómo, en treinta y tres días, pasé, con la armada que los ilustrísimos Rey y Reina, Nuestros Señores, me dieron, a las Indias, donde hallé muchas islas muy pobladas. De todas ellas he tomado posesión en nombre de sus Altezas, con pregón y bandera real desplegada, por lo que nadie me contradijo.

A la primera que hallé puse nombre de San Salvador en conmemoración de su Alta Majestad, el cual maravillosamente todo esto nos ha dado. Los indios la llaman Guanahaní. A la segunda puse nombre de Isla de Santa María de la Concepción; a la tercera, Fernandina; a la cuarta, la Isabela; a la quinta, la Isla Juana, y así a cada una un nombre nuevo.

Cuando llegué a la Juana, seguí la costa hacia poniente y la hallé tan grande que pensé que sería tierra firme, o sea la provincia de Cathay. Pero, como no hallé villas ni lugares en la costa, salvo pequeñas poblaciones, con cuya gente no podía hablar, pues huía toda ella, seguí adelante pensando encontrar grandes ciudades o villas.

Trecho inicial da carta de 15 de fevereiro de 1493, de Cristóvão Colombo a Luis de Santangel, escrivão dos Reis Católicos (Monegal, 1984, p. 33)

Os dados históricos sobre Cristóvão Colombo, e mesmo às vezes a ausência deles, exercem um fascínio ao qual não se pode ceder sob pena de desviar em alto grau o curso deste desenvolvimento. Colombo foi diretamente responsável pela descoberta do que pensava ser um arquipélago próximo das Índias e, depois, ilhas e terra que seriam a Nova Índia ou Índias Ocidentais. Coube ao italiano Pietro Martire na obra *Decades de orbe novo* publicada em 1511 e dedicada a Leão X cunhar a expressão “Novo Mundo” (Delumeau, 1983, p. 55). O jovem papa Leão X teve enorme importância nos acontecimentos culturais e políticos do período – foi árbitro no Tratado de Tordesilhas, em 1494, que dividia as terras ocidentais e o atlântico entre espanhóis e portugueses – e, em parte, é a ele que cabe responsabilizar, a despeito de sua cultura e erudição que o tornaram dos principais incentivadores do renascimento, pelo que Delumeau qualificou de “explosão da nebulosa cristã” (1983, p. 27), isto é, especialmente, as dissensões religiosas. A viagem de Colombo e a circulação, em 1493, de um trecho de uma de suas cartas dando conta do descobrimento foi o catalisador do tratado.

Por outro lado, pese ter sido Colombo o descobridor do Novo Mundo, é o seu “compatriota” Amerigo Vespucci, florentino, quem recebe, por um entre outros infindáveis erros cartográficos, a honraria de ter o nome associado ao novo continente: como Vesúcio escrevera muito sobre os descobrimentos e as explorações em curso, sendo traduzido ao latim e tendo difusão pela Europa, o cartógrafo Martin Waldseemüller resolveu homenageá-lo e colocou seu nome no mapa que preparava e foi publicado como *Cosmographiae introductio* (1507). Assim propagou-se o uso do nome América em substituição ao anterior Novo Mundo (Monegal, 1984, pp. 50-7).

Contextos diversos

Existem muitos acontecimentos entremeados concorrendo para o rumo das coisas relativas ao período das navegações que começa no século XV. Do ponto de vista da técnica e da tecnologia devem ser, no mínimo, lembrados os desenvolvimentos da arte de navegação com a “invenção” da caravela em torno de 1420, o uso da bússola associado com cartas náuticas, desenvolvimentos nas matemáticas que foram precisando o cálculo de latitude e longitude, informações climáticas diversas entre as quais as sobre os ven-

tos, e. g., os aliseos, sem o que os portugueses não conseguiriam navegar a costa africana (cf. Delumeau, 1983, p. 53-4).

Por outro lado, no horizonte mais cultural ou civilizatório a que chegara a Europa, os problemas de natureza política, econômica e religiosa são da maior importância. A Europa começara a nascer, com a feição que terá no renascimento, depois e no vácuo da explosão do império romano. No longo período da antiguidade clássica e no medievo consolidam-se, arranjam-se, as fronteiras políticas e religiosas, e, ao mesmo tempo, principalmente, estrutura-se uma civilização. Mesmo se considerarmos as diferenças, o que sobressai é a paulatina estruturação de uma identidade religiosa e cultural que demarca um "mundo", a cristandade. É em nome desse mundo que Colombo se lança ao "fim do mundo", porque, diz em suas cartas, queria auxiliar o grande Cã (cf. Todo-rov, 1993, pp. 8-13). Colombo difere, nesse sentido, radicalmente de outros que o sucederam, os ambiciosos, arrivistas ou simplesmente aventureiros, no período da conquista da América.

As disputas religiosas e culturais estiveram presentes com intensidade na constituição dos reinos de Portugal e Castela. Seja pela reconquista dos territórios ocupados pelos árabes, seja pelas escaramuças constantes com as quais tinham de lidar. De fato, a cristandade constrói-se, apesar de suas diferenças internas, lançando e traçando no exterior a si uma diferença maior: os mouros, turcos, índios, etc, quer dizer, em suma, os que herdaram aquilo que havia sido uma unidade, o império persa, e suas adjacências⁴.

Em um plano mais terreno, à medida que se consolida o fim do medievo e que as sociedades européias se complexificam, a vida econômica cresce em importância. O concurso de novas técnicas gera mais riqueza em todos os âmbitos da vida econômica. Ao mesmo tempo, as sociedades, feudais ou mercantis, passam a necessitar de mais riquezas: em especial as guerras, ou a manutenção de exércitos, torna-se cada vez mais cara, como destaca Jean Delumeau (1983, p. 54).

A vida financeira no período é intensa. Quando cai Constantinopla e porquanto o império turco estrangula e interpõe-se nos intercâmbios comerciais da Europa com o oriente, o privilégio mercantil veneziano pouco a pouco se desfaz. As casas comerciais

⁴ Perdão se porventura o raciocínio parece demasiado rápido, mas não é possível desenvolvê-lo mais aqui. O problema religioso dispensa linhas e linhas. Sugiro, a título de reflexão, que se considere que ainda hoje, mais de 500 anos depois da descoberta da América, os conflitos religiosos seguem marcados pelas oposições que naquele tempo se constituíram: cristãos, luteranos, judeus, muçulmanos...

alemãs instaladas em Veneza – os Welsers, Fuggers e Imhofs – transferem-se para Gênova. Em seguida à notícia do sucesso português em alcançar o extremo oriente numa rota marítima que dobrava o cabo sul da África algumas casas alemãs passam a operar em Lisboa. Até mesmo guerras e intrigas diplomáticas surgiram quando a república de Veneza percebeu que perderia o monopólio mercantil com o oriente: tramou com o sultão egípcio que os portugueses fossem expulsos da Índia⁵.

O mar, a navegação, aparece para os renascentistas como para nós o uso do espaço aéreo foi importante ao longo deste século dezanove. A bem da verdade, os mares foram fundamentais para a história da Europa no renascimento (e depois nos séculos subsequentes) em uma proporção muito mais essencial que o espaço aéreo. E tal comparação, ainda que não de todo infeliz, desconsidera o tempo, quer dizer, o fato de as viagens marítimas serem demoradas, longas, imporem uma permanência no meio em que transcorrem que transforma(ou) a vida daqueles que as experimentaram. Assim como no desenvolvimento histórico das grandes civilizações agrárias no antigo Egito ou na Mesopotâmia os rios desempenharam um papel crucial e determinaram em certo grau o ciclo da vida individual e social, também o mar determinou o ciclo da vida para os navegantes portugueses, espanhóis e, depois, franceses, holandeses e ingleses.

Imediatamente começam a se deslocar investimentos e capital para financiar as construções navais, as expedições comerciais, geográficas, mercantis ou militares. Os portugueses, muito mais que os espanhóis, não tinham recursos para financiar grandes expedições nem mesmo construir, equipar e tripular naus à velocidade dos acontecimentos e suportar os reveses que porventura sucediam como os inúmeros naufrágios acidentais ou provocados por escaramuças. Os portugueses isentam as casas comerciais que ali se instalam – como, por exemplo, em 1503, o enviado à Lisboa da casa Welsers, Simão Seiz – de impostos sobre a prata que trouxessem e sobre as naus que construíssem (Azevedo, 1978, pp. 93-4). O comerciante italiano Bartolomeu Marchione incorpora naus suas às expedições portuguesas para a Índia (idem, pp. 94-5).

⁵ Cf. Azevedo (1978, pp. 90-97). Maiores detalhes em todo o seu capítulo intitulado *A Índia e o ciclo da pimenta* (idem, pp. 89-164).



Ex-libris da edição de Dias, 1923

Conforme Dias et al. (1923, pp. 33-9) D. Manuel preparou e encarregou Pedro Álvares Cabral da expedição que saiu do Restelo em 9 de março de 1500, com destino final à Calicute na Índia e com previsão de seguir o rumo da expedição anterior de Vasco da Gama. Compunha-se de treze naus e 1500 homens. Faziam parte da armada de Cabral, além do óbvio Pêro Vaz de Caminha, um número de fidalgos portugueses encarregados dos aspectos mais diplomáticos que exigiam as formalidades de contato com os soberanos asiáticos como, por exemplo, Vasco da Silveira e João de Sá. Participava, também, Duarte Pacheco, cosmógrafo e membro da comissão portuguesa que negociou o Tratado de Tordesilhas. Mais os representantes da casa já mencionada do florentino Marchioni e mercadorias diversas para o comércio na Índia.

Pêro Vaz de Caminha seria o escrivão da feitoria de Calicute (onde viria a morrer num massacre que provavelmente transcorreu em 12 de dezembro de 1500) junto com Gonçalo Gil Barbosa, sendo feitor Aires Corrêa (também morto no mesmo incidente que matou Caminha) – os três compoem “o primeiro rudimento de um governo ultramarino”. Consta que Caminha estaria na mesma nau de Cabral. Vasco Fernandes Caminha, o pai de Pêro Vaz, era cavaleiro da casa do duque de Guimarães e mestre da balança da moeda da cidade do Pôrto, ofício e títulos que eram herdados, e o foram por Pêro Vaz, e que fizeram parte da família dos Caminha ao longo de quatro reinados (idem, pp. 76-80).

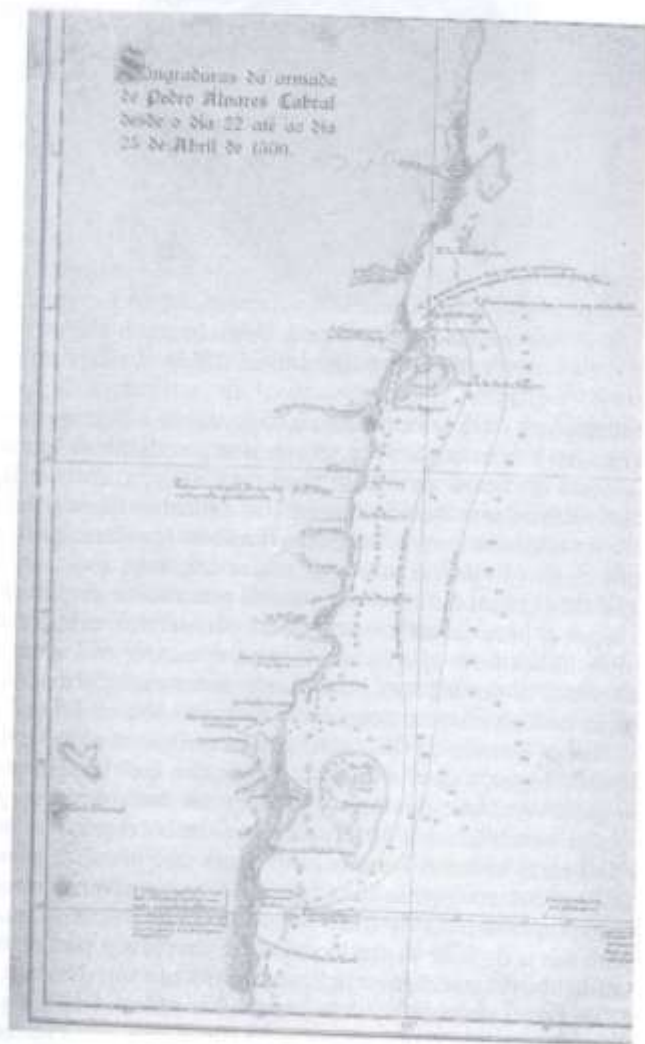
Sabe-se que em 14 de março a frota passou as Canárias, no dia 22 por São Nicolau, em Cabo Verde, e na noite de 23, ainda próximo de Cabo Verde, perdeu-se o navio comandado por Vasco de Ataíde, o primeiro dentre seis que se desgarrariam ou afundariam ao longo da viagem (das treze naus que partiram, retornaram à Portugal apenas sete).



*Brasão de Pêro Vaz de Caminha
(ilustração extraída de Dias, 1923)*

Consta que a frota tentou evitar a calmaria na altura da Guiné e, por isso, ao rumar para oeste, desviou-se em demasia tendo ir dado à costa do Brasil em 21 de abril de 1500. É comum surgir entre os historiadores dúvidas a respeito do caráter acidental do desvio e do encontro com o litoral do nordeste brasileiro. Embora para este desenvolvimento não faça muita diferença que o encontro tenha sido casual ou buscado, e ainda que não se disponha de dados seguros para tomar uma ou outra perspectiva, o fato é que há muitos indicadores que apontam para o caráter não acidental do encontro. Por um lado, os portugueses estavam informados da navegação de Colombo e da existência de terras ao oeste – e se não fosse assim o Tratado de Tordesilhas não teria o menor sentido. Em segundo lugar, o desvio da frota, ainda que consideremos que as navegações e os cálculos eram precários, foi demasiado: os portugueses se notabilizaram justamente por conhecerem as vicissitudes do litoral africano e causa estranheza que justo na jornada mais importante até aquela data fossem cometer um erro tão intenso e expor uma frota de treze naus aos acidentes naturais que poderiam advir de ficar vagando pelo mar aberto. Os portugueses se notabilizaram, igualmente, pelo conhecimento que haviam adquirido da costa africana e já não era mais mistério a rota ao sul, que tanto empenho levou, o que vale dizer que possivelmente estivessem interessados em descobrir outros rumos. Enfim, é muito razoável pensar que a expedição se desviou propositalmente

com fim exploratório, que isso estivesse previsto desde antes do início da viagem e que fosse mantido em sigilo. Se melhor motivo não há para ter essa crença, fazemos nossas as palavras de Caminha: assim o tomamos por o desejarmos.



Mapa da estadia da frota no litoral brasileiro (Dias, 1923)

Em 2 de maio de 1500, o navio de mantimentos sob o comando de Gaspar de Lemos é enviado de volta a Lisboa levando as notícias do *achamento* e ao mesmo tempo a frota, agora de onze naus, deixa o litoral brasileiro e segue o rumo para o cabo da Boa Esperança onde um temporal faz mais quatro naus soçobrarem. A nau de Diogo Dias extravia-se no Índico e, na viagem de retorno, perdem outra nau, a de Sancho de Tovar, próximo a Melinde. As naus começam a chegar em Lisboa em 23 de junho de 1501, a de Nuno Leitão da Cunha (a *Anunciada*), e a de Cabral (nau Capitânia) entra no porto em fins de julho (Dias et al., 1923, pp. 147-154; Guerreiro e Nunes, 1974, pp. 13-8).

Durante a estadia da frota na costa brasileira, com certeza até o dia 2 de maio em que a nau de mantimentos volta com a carta de Caminha, portanto do dia 21 de abril ao 2 de maio foi que Caminha redigiu sua carta para o monarca português D. Manuel. Como o próprio Caminha indica, outros tripulantes igualmente escreveram relatos dando conta do achamento da terra, mas o fato é que, destruídos pelo tempo ou sabe-se lá por que, restou-nos apenas o documento de Caminha e os que se chamam a relação do *Piloto Anônimo* e a de *La Faitada*, esses dois últimos em italiano.

Antes de lançar âncora no fluxo textual de Caminha e de chegarmos à Terra de Vera Cruz, convém um pequeno desvio, à Pedro Álvares Cabral, pelo que era o objetivo último da partida desta armada e de tantas outras, portuguesas ou espanholas, no entardecer do século quinze.

A Índia

Fontes greco-romanas e medievais

A Idade Média européia sonha a Índia e, por unicamente sonhá-la, ignora-a como realidade. Os restos diurnos desse sonho medieval provém, sequer da própria Índia, mas sim de resquícios não menos oníricos dos gregos e latinos. Os gregos foram os primeiros a transmitir ao ocidente notícias da Índia. Tomaram-nas dos persas, os quais, ao longo do império (século VI e V a.C.), especialmente no auge de Dario, mantinham relações “diplomáticas” e comerciais com povos que habitavam a leste do atual Paquistão, isto é, a atual região da Índia. Mais tarde os gregos teriam oportunidade de conhecer a bacia do Indo na ocasião dos deslocamentos do Império de Alexandre Magno por volta de 327 a.C.

Outra fonte medieval para a Índia, além de gregos e romanos, foram os relatos de Marco Pólo, o *Livro das diversidades e Maravi-*

has, no retorno (em 1295) da sua aventura pela China, Rússia, Índia e adjacências. Chega a mencionar a existência de uma ilha habitada à leste do continente chinês, isto é, o Japão. Deve-se a Marco Pólo a origem do sonho de Colombo a respeito da evangelização do grande Cã.

Além de Marco Pólo, nos séculos XIV e XV teve enorme repercussão o livro *Viagens do Cavaleiro John Mandeville pela Terra Prometida, a Índia e a China*, de Jean de Mandeville (1300-1372). Trata-se, pelo que se sabe, de relatos mais fantasiosos do que propriamente fruto de uma viagem real, mas o fato é que se lhe deu mais crédito, ou pelo menos se lhe dedicou mais leitura, do que ao livro de Marco Pólo.

Menos conhecidos e mais exatos, contudo, foram os relatos do frade franciscano Odorico de Pordenone quem visitou a China entre 1318 e 1330 e deixou observações sobre os costumes asiáticos.

Deve ser observado que o contato dos povos europeus, na antiguidade e no medievo, com o oriente, sempre foi indireto em virtude da questão religiosa que impunha uma barreira de contato: entre a Europa central e mediterrânea e o oriente interpunham-se os povos que os europeus chamavam de mouros, cuja religião, na sua maior parte, era islâmica.

Etimologia de "Índia"

A história, as vicissitudes de alguns termos e nomes, palavras em suma, tem o maior interesse. Que o nome "Lisboa" provenha da expressão *Alis ubbo*, "baía alegre", e que "Brasil" provenha da cor abrasada da madeira aqui extraída (pelos "brasileiros", isto é, aqueles que a extraíam), que o "Rio da Prata" derive seu nome pelo fato de escoar a produção de prata de Potosí, ou que a expressão "Oceano Índico", tão compreensível hoje, traga em seu bojo todo o imaginário grego e medieval, isto é, de que o mundo era rodeado por um rio chamado *Oceano* (em grego, "rio amargo") e que o mar onde desembocava o rio Indo era fechado, como o Mediterrâneo, cercado pelo grande rio *Oceano*... bem, tudo isso não é irrelevante*.

* Há um número de histórias mais bem cômicas a respeito de nomes e expressões que surgiram em circunstâncias onde povos de diferentes línguas se encontram: da vinda dos holandeses ao nordeste do Brasil, a Baía de Todos os Santos passa a ser grafada em mapas como *Abadia* de Todos os Santos; a busca das Amazonas (guerreiras da mitologia grega) dando origem ao nome do rio (e da região) que os indígenas chamavam *amassona*, isto é, "o rio que quebra as canoas"; a chegada dos espanhóis ao continente

Conforme o dicionário etimológico de A. G. da Cunha (1982, p. 411), o termo *hindi*, que denota entre outras coisas a língua indo-européia falada na Índia, deriva-se do hindustani *hindī*, proveniente de *Hind* 'Índia'. De *hindi* provém também o adjetivo 'hindu' através do hindustani *hindū* 'rio grande (o rio Indo)', de onde 'o habitante de suas margens'.

Por outro lado, É. Benveniste (1995, pp. 357-68), discutindo os termos indo-europeus que expressam ou poderiam expressar algo como uma idéia de "nação", "povo" ou "comunidade", chega ao grupo indo-iraniano e ao termo *arya-*. Esse último é de caráter étnico e "em princípio qualificação social, depois designação da comunidade, em uso na Índia e no Irã desde os princípios da tradição" (idem, p. 361). Benveniste observa que tanto os iranianos quanto os indianos se designavam por *aria* e que é a partir do genitivo plural *aryanam* que surge a forma persa *eran* e depois *iran*, sendo que "Iraniano", portanto, é a continuação do antigo *arya*, na área propriamente persa" (idem, p. 363). Na área indo-iraniana, observa Benveniste, *arya* é a designação que os homens livres dão a si em oposição aos escravos.

Benveniste parte do fato de ser comum, ou melhor rotina, na antiguidade, o estado de guerra entre povos, sendo que a paz é exceção à beligerância constante. E em função disso, os termos que expressam uma etnia para si costumam estar em oposição aos que designam a etnia vizinha ou inimiga. Tal seria o caso do termo *arya*, designando os iranianos para si e opondo-os aos indianos, designados pelos iranianos como "hindus", isto é, os habitantes da província ou região da bacia do rio Indo. De fato, os indianos para si não se designavam nem nunca se designaram como "hindus" ou o que quer que se pareça. Assim como os iranianos, tinham a designação de *arya* para si e chamavam *dasa* aos que eram "estrangeiro, escravo ou inimigo". A conclusão óbvia disso é que os termos Índia, indianos, Indo, índico, hindus, etc., chegaram-nos por intermédio dos persas. O exemplo dado por Benveniste é transparente: explica a forma grega *Índia* (Índi/a) que traduz o termo sânscrito *Sindhu* pela interpolação do persa *Hindu* (idem, p. 362).

americano no México, na península de Yucatán, e o desentendimento em que os espanhóis perguntam aos nativos quem são eles e esses respondem *icutan?!* ("o que vocês disseram?") e os espanhóis pensam que os nativos chamam a si ou à terra de *Yucatán* (Dreyer-Eimbcke, 1992, p. 26, 164, 168).

A carta do *achamento*, como se a costuma chamar, escrita por Pêro Vaz de Caminha em fim de abril e início de maio de 1500 na costa nordeste do Brasil ('do porto seguro de Vera Cruz'), dirigida a El-Rei D. Manuel, foi "descoberta no fim do século XVIII por Muñoz entre os documentos do *Corpo Chronologico do Arquivo da Torre do Tombo*" (Dias, 1923, p. 76). De um ponto de vista mais objetivo, a carta foi escrita em papel florete e

São vinte e sete as páginas do texto e mais uma com o enderêço e o resumo, escritos respectivamente em caractéres dos séculos XVI e XVII. Esta última página servia de sobrescrito à missiva e imediatamente a sumariaram na secretaria de Estado, copiando-se mais tarde o sumário na Torre do Tombo. São, como diz Varnhagen, sete fôlhas de papel de quatro páginas cada uma. (Dias, 1923, p. 76)

Acredita-se que outros tripulantes hajam documentado a expedição e enviado informações a Portugal, o próprio Caminha menciona isso em sua carta, mas esses relatórios, que seriam de fato os documentos oficiais da expedição, não chegaram a nós. Caminha ocuparia o cargo de *escrivão* em Calecute – como não era o *escrivão* oficial da frota de Cabral¹¹, sua carta seria dispensável e, por outro lado, o fato de escrevê-la, sabendo que outros faziam o mesmo, cria um fato de, digamos, um *plus* ou um excesso de informação difícil de apreender.

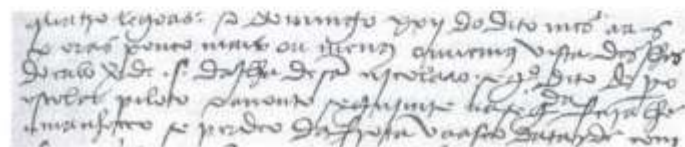
Não menos excessivo – inexacto, transbordante de sentido, equívoco – é o fato de a carta de Caminha, entre todos os documentos, ter sido aquela que chegou-nos depois de extraviada ou esquecida nos arquivos. Caminha escreve para o rei informando o 'achamento' de uma sua "terra nova" e sua carta perde-se no tempo sendo 'achada' três séculos depois de escrita. Houve já quem dissesse que Caminha a teria escrito, seria este o sentido a mais, unicamente em vista de (não a 'terra à vista'), situando-se como participante do 'achamento' ou do encontro de uma terra nova (um novo bem, uma nova propriedade), e assim co-autor da façanha, pleitear para si um favor, como retribuição do serviço prestado (no seu caso, a escrita da carta), qual seja, que fosse libertado o seu genro Jorge d'Osoiro, degredado em São Tomé por

ter roubado pão e vinho, carne, galinhas e outras coisas ao abade de Redemoinhos e por ferimentos praticados no abade João Lopes de Santo Estêvão d'Oldrães e de S. Miguel de Paredes. (Guerreiro & Nunes, 1974, pp. 83-4)

¹¹ Trata-se de D. Juan Baptista Muñoz e a data aproximada é 1793.
¹² Jaime Cortesão acredita que Caminha era o *escrivão* de Cabral.

Glosas

A ocorrência de glosa que pretendo avaliar no texto de Caminha aparece de diferentes formas nas três versões da carta do *achamento*: 1) o texto do facsímile do manuscrito, 2) o texto resultante da leitura paleográfica do facsímile, preservando o léxico, a ortografia e a sintaxe da época, e 3) o texto resultante da atualização do segundo para o português contemporâneo em termos lexicais, ortográficos e sintáticos¹³. No manuscrito do próprio Caminha temos um signo gráfico composto de três elementos que se assemelha a uma abreviatura ou a um sinal de taquigrafia. Na leitura paleográfica o signo de três elementos é "traduzido" como a palavra latina *scilicet* (que já é uma espécie de abreviatura historicamente produzida de uma locução latina). Na atualização do texto a palavra *scilicet* é transformada nas locuções "a saber" e "isto é".



Trecho da primeira página em que aparece *scilicet*

Observações acerca do grafismo e da etimologia de *scilicet*

O signo para *scilicet* na caligrafia de Caminha desperta-nos imediatamente a curiosidade pelo contraste com o restante dos signos de seu texto – com o perdão de dizer alguma impropriedade, o fato é que em uma escritura muito similar às mencionadas "ervas compridas" na extensão, em termos estritamente espaciais, na abundância de linhas alongando suas letras, há contraste entre o grafismo frugal e abreviado, pontual, de *scilicet*, e os demais signos. Numa segunda faceta, estranha-nos que esse pequeno e taquigráfico signo dê lugar a uma palavra que, por sua vez, originou-se de uma locução. Além disso, o signo de *scilicet* opera no texto ao modo de um sinal de pontuação, isto é, nosso dois pontos (:) ou um travessão (–), e, ao mesmo tempo, mais do que a função similar, parece-se graficamente com um sinal de pontuação; portanto, possui similitude funcional e gráfica com um sinal de pontuação. Bem, essa similitude perde-se em parte quando o texto é transposto pela leitura paleográfica e o signo converte-se na pala-

¹³ O primeiro pode-se consultar em parte na reprodução de Dias (1923, p. 85). O segundo é encontrado em Guerreiro & Nunes (1974, pp. 87-117) e o terceiro é encontrado em Guerreiro & Nunes (1974, pp. 31-84) e em Dias (1923, pp. 86-99).

ra, do latim, *scilicet*: perde-se em parte, não de todo, posto que a palavra *scilicet* é lida quase como uma abreviatura da expressão latina *scire licet* e, porquanto abreviatura, assim estaria em parte preservada a similitude "pontual" e condensada; ao mesmo tempo, a similitude funcional estaria preservada porque *scilicet* segue tendo a mesma função. Em outro plano mais amplo, no texto resultante da leitura paleográfica, a palavra *scilicet* produz um contraste similar àquele que se produz entre o pequeno signo e a escritura abundante: *scilicet* contrasta com o restante das palavras porquanto é o único termo de outra língua (o latim)¹¹ que não a portuguesa (ainda que se observe que há termos, por exemplo, espanhóis, o fato é que na época, note-se que de formação ainda do idioma português, era usual o emprego de empréstimo de expressões e termos nitidamente espanhóis, cultura vizinha e contemporânea, ao passo que se pode dizer inusitado o uso de uma única expressão latina). Uma última observação acerca do *scilicet* de Caminha diz respeito ao seu "parentesco" funcional com os sinais de pontuação e com outros elementos textuais como os algarismos para informar as medidas de distância espacial (léguas) e horas. Com esses elementos *scilicet* aparenta-se porquanto todos possuem de certo modo uma natureza material como significantes distinta do resto dos elementos textuais: o sentido e a função dos sinais de pontuação esgota-se neles próprios e nas operações que realizam sobre o restante do texto, e, igualmente, se os algarismos romanos ali estão como indicadores de contagem, para fins de operações matemáticas de aritmética básica, podemos considerar que essas indicações numéricas de léguas e horas esgotam-se nos próprios números, em suma, os números e a matemática da contagem envolvem operações de caráter francamente metalingüístico.

Sobre a etimologia de *scilicet* os dicionários (Lewis & Short, 1951; Ernout & Meillet, 1985; Quicherat, 1927) são unânimes em apontá-la originando-se da locução latina *scire licet*, composta das palavras *scire* (saber) e *licet* (lícito, permitido), que se traduz como "é lícito/ permitido saber".

Ernout & Meillet (1985, "scilicet", p. 602) são sucintos ao abordar o termo e, assim, reproduzo-lhes o verbete inteiro

¹¹ Há de fato o uso de algarismos em notação romana para as medidas de distância em léguas e para informar o tempo em horas – contudo, ainda que essa notação utilize as letras do alfabeto latino, é necessário não pensar que uma notação numérica, de natureza matemática, que isso seja latim. Mais adiante no texto será retomado o uso desses algarismos.

scilicet adv.: évidemment (=dhlonó(ti), sans doute. Adverbe affirmatif, fréquent dans la langue parlée, souvent avec valeur ironique. Attesté de tout temps; non roman. Cf. *licet*.

L'étymologie *scire licet* apparaissait encore assez nettement pour que *scilicet* ait pu être accompagné, sans doute par recombinaison étymologique, d'une proposition infinitive, complément de *scire*; e. g. Pl., Ru. 395, *nunc eam cum naui scilicet abiisse pessum in altum*.

O dicionário etimológico de Lewis & Short (1951, "scilicet", p. 1642) registra no princípio de um longo verbete

scilicet, adv. [contr. from sci- (root of scire) licet; cf. vide-licet, i-licet], or *scire licet*, as it is freq. written in Lucr. and in archaic lang. in Liv., and sometimes in Cels.; prop., you may understand or know, =Gr. δηλονοτι, and serving to imply that a statement is in itself obviously true, and is not overlooked by the speaker (cf. Madv. and Cic. Fin. 5, 1, 3). I. Lit., it is evident, clear, plain, or manifested; of course, naturally, evidently, certainly, undoubtedly, etc.

e mais adiante no mesmo verbete

-B. In partic., of course, to be sure, doubtless, certainly, forsooth, when an assertion that is obviously false is ironically made or accepted (class.): *Si Meum gnatum rumor est amare. Da. Id populus curat scilicet! of course people trouble themselves a great deal about that!*

e no seu final

-II. Transf., in the post-Aug. per. sometimes, like dhlonó(ti) in later Greek, merely as an expletory or explanatory particle, namely, to wit, that is to say: *quaedam etiam opera sub nomine alieno, nepotum scilicet et uxoris sororisque, fecit, Suet. Aug. 29; id. Tib. 14: manente villa, qualis fuerit olim, ne quid scilicet oculorum consuetudini deperiret, id. Vesp. 2; so, ne scilicet, id. Gram. 4; Vulg. Gen. 2, 25 et saep.*

O dicionário de Quicherat (1927, "scilicet", p. 1070) diz em seu verbete

scilicet, adv. (contrac. de *scire licet*). Lucr. Sall. Convem a saber, pois, porque, de feito, com efeito, isto é. *Istis alio tempore responsurus sum, tunc scilicet quum tibi*. Cic. Eu lhes responderei em outra ocasião, ao mesmo tempo que a ti. *Brutus terram osculo contigit, scilicet quod ea esset...* Liv. Bruto beijou a terra, por ella sêr... *Eas scilicet demolietur*. Cic. Pois elle as (as columnas) deitará por terra. § Cic. Ov. Com tudo, todavia. § Plaut. Ter. Certamente, de certo, seguramente, sem duvida. § Ter. Sim (nos dialogos). § Virg. Ov. Sem duvida, de certo (ironicamente). § Virg. Pois, assim.

Exemplos de glosas na carta do achamento

Caminha utiliza *scilicet* em seis (6) diferentes passagens¹³ com o mesmo sentido de “a saber” ou “isto é” (ou qualquer locução equivalente como: quer dizer, ou seja, ou melhor, etc). Os seis trechos são os seguintes (o primeiro número de página é o de Guerreiro & Nunes e o segundo, na leitura paleográfica, entre colchetes, é o da manuscrito de Caminha – o sublinhado é meu):

- 1) E domingo, 22 do dito mês, às 10 horas, pouco mais ou menos, houvemos vista das ilhas do Cabo Verde, isto é, da ilha de S. Nicolau, segundo dito de Pêro Escolar, piloto. E a noute seguinte, à segunda-feira, quando lhe amanheceu, se perdeu da frota Vasco d'Ataide (p. 32)
E domingo xxij do dito mes aas x oras pouco mais ou menos ouuemos vista das Jilhas do cabo verde . scilicet da JIha de sam njcolaa . segundo dito de pero escolar piloto . E a noute seguinte aa segumda feira lhe amanheço se perdeu da frota vaasco d atayde (p. 88 [1])
- 2) E à quarta-feira seguinte, pela manhã, topámos aves, a que chamam fura-buchos. E neste dia, a horas de véspera, houvemos vista de terra, isto é, primeiramente d'um grande monte, mui alto e redondo, e d'outras serras mais baixas a sul dele e de terra chã com grandes arvoredos, ao qual monte alto o capitão pôs nome o Monte Pascoal e à terra a Terra de Vera Cruz. (pp. 33-4)
E aa quarta feira segujnte pola ma- [1v] nhaam topamos aves a que chamam fura buchos . E neeste dia a oras de bespera ouuemos vista de tera . scilicet primeiramente d huum gramde monte muy alto . E Redomdo E d outras seras mais baixas ao sul dele E de terra chaam com grandes aruoredos . ao qual monte alto o capitam pos nome o monte pascoal E aa tera . a tera da vera cruz (p. 88 [1/1v])
- 3/4) Andavam ali muitos deles ou quase a maior parte que todos traziam aqueles bicos d'osso nos beiços. E alguns, que andavam sem eles, traziam os beiços furados e nos buracos traziam uns espelhos de pau que pareciam espelhos de borraça. E alguns deles traziam três daqueles bicos, a saber: um na metade e os dous nos cabos. E andavam aí outros quartejados de cores, isto é: deles a metade da sua própria

¹³ Para facilitar a identificação das passagens, utilizarei referir o número da página normal de Guerreiro & Nunes (1974) e, entre colchetes, a página correspondente nos manuscritos de Caminha, cujo número pode ou não estar seguido da letra “v” significando “verso”.

cor e a metade de tintura negra, maneira d'azulada, e outros quartejados d'escaques”. (pp. 44-5)

- amdauam aly mujtos deles ou casy a maior parte que todos traziam aqueles bicos d oso nos beiços E alguus¹⁴que amdauam sem eles traziam os beiços furados E nos buracos traziam huus¹⁵ espelhos de pau que pareciam espelhos de boracha E alguus¹⁶ deles traziam tres daqueles bicos . scilicet huum na metade E os dous nos cabos . E amdauam hy outros quartejados de cores . scilicet deles a meetade da sua propia cor E a meetade de tintura negra maneira d azulada E outros quartejados d escaques ./ (p. 95 [4])
- 5) E diziam que, em cada casa, se acolhiam trinta ou quarenta pessoas e que assim os achavam e que lhes davam de comer daquela vianda que eles tinham, a saber: muito inhame e outras sementes, que na terra há, que eles comem.
E, como foi tarde, fizeram-nos logo todos tornar (pp. 64-5)
E deziam que em cada casa se colhiam xxx ou R pesos E que asy os achauam E que lhes dauam de comer daquela vianda que eles tijnham . scilicet mujto Jnhame E outras sementes que na terra ha que eles comem . E como foy tarde fezeram nos logo todos tornar (p. 106 [9])
 - 6) Se lhes homem acenava se queriam vir às naus, faziam-se logo prestes para isso em tal maneira que, se os homem todos quisera convidar, todos vieram. Porém não trouvemos esta noute às naus senão quatro ou cinco, a saber: o capitão-mor, dous, e Simão de Miranda, um, que trazia já por pajem, e Aires Gomes, outro, assim pajem. (p. 76)
se lhes homem acenaua se querjam vijnr aas naaos fazian se logo prestes pera Jssu em tal maneira que se os homem todos quisera comujdar ./ todos vieram . porem nom trouuemos esta noute aas naaos se nom iijj ou b . scilicet o capitam moor . dous E simam de miranda huum que trazia Ja por paje E aires gomez outro asy paJe ./ (p. 112 [11v])

Para analisar as glosas na carta do achamento

Authier-Revuz (1995, p. II) apresenta os momentos discursivos a partir dos quais surgem glosas da seguinte maneira

¹⁴ Conforme nota de Guerreiro & Nunes, à página 45, *escaque* significa “[como] as casas do tabuleiro de damas ou xadrez”.

¹⁵ Existe um til sobre a segunda letra “u” de *alguus* que não é possível reproduzir aqui.

¹⁶ Idem quanto ao acento, til, sobre a segunda letra “u” de *huus*.

¹⁷ Idem à nota 15.

esses enunciados apresentam um traço comum: em um ponto de seu desenvolvimento, o dizer se representa como não sendo mais “desnecessário falar”, o signo, em lugar de ali preencher, transparente, no apagamento de si, sua função mediadora, interpõe-se como real, presença, corpo – objeto encontrado no trajeto do dizer e que ali se impõe como objeto d’esse –; a enunciação desse signo, em lugar de se concluir “simplesmente”, no esquecimento que acompanha as evidências inquestionadas, redobra-se por um comentário de si própria.

A glosa vem então como tentativa de dar conta de uma insuficiência, de um percalço ou não-coincidência do dizer e da utilização da linguagem, fazendo que o locutor precise retomar, voltar-se e acompanhar as palavras (suas próprias palavras) que não mais estão indo por si mesmas.

O inventário das formas de modalidade enunciativa que Jacqueline Authier-Revuz (1990, p. 174) chama de “modalidade autonímica” é bastante extenso e nuançado.

De modo bastante geral, creio poder afirmar que das glosas de Caminha pelo menos três – a primeira, a segunda e a quinta (na ordem em que se encontram antes citadas) – dizem respeito diretamente a duas modalidades de heterogeneidade descrita por Authier-Revuz como sendo “pontos de não-coincidência do discurso a si próprio” e “pontos de não-coincidência entre as palavras e as coisas”.

Em praticamente todos exemplos de glosa na carta, Caminha está preocupado em precisar sua linguagem, suas construções, de modo a bem descrever a realidade em termos da qualidade e quantidade dos objetos. Não se trata, em nenhum momento de emprego de *scilicet*, de um movimento para “corrigir” a construção de um enunciado incorreto ou errado, trata-se de torná-los mais exatos e menos vagos. O primeiro exemplo de glosa na carta de Caminha consiste justamente em dar maior precisão ao enunciado: antes de *scilicet / isto é* foi enunciado que se havia visto o arquipélago de Cabo Verde e Caminha lança mão do *scilicet / isto é* para precisar que se trata de uma ilha do arquipélago (Cabo Verde tem dez ilhas) chamada S. Nicolau, complementando que isso conforme o dito do piloto Pêro Escolar – e aqui temos uma citação, o que Pêro Escolar disse, e por ser um piloto, um marinheiro experiente, é digno de menção e mais exato do que Caminha pode dizer.

O segundo exemplo de glosa na carta tem uma semelhança com o primeiro: a percepção de Caminha vai do particular ao geral: vê uma ilha (S. Nicolau) e enuncia o arquipélago (Cabo Verde) ao qual pertence a ilha / vê um monte (Pascoal) e enuncia a terra (vista de terra) à qual pertence esse monte. A rigor, o trecho ime-

diatamente anterior ao do segundo exemplo de glosa é um caso bastante exemplar de raciocínio por indução que é retomado e discutido por Santos (1986, p. 7), “uma terra que começa por oferecer-se enquanto signo e enquanto texto, numa estranha escrita de ervas compridas, à deriva das águas” – são os indícios da terra, apresentando-se primeiro como ervas (e Caminha cita o cálculo de distância dos pilotos e menciona que às coisas que ele chamou “ervas compridas” os mareantes chamam “botelho”), depois como aves (e novamente, usando uma forma proverbial, acrescenta que ao que ele enunciou como “aves”, “a que chamam fura-buchos”) e por fim o monte (ao qual o capitão chamará X e à terra Y).

O terceiro, quarto e sexto usos de *scilicet* procede de descrições numericamente arredondadas e/ou de descrições espacialmente muito gerais e um tanto vagas. O terceiro e quarto exemplos, especialmente, envolvem um trecho da descrição dos adornos faciais tupinambás, o que provavelmente devia causar certa estranheza aos portugueses. A relação entre as palavras e as coisas às quais se referem, nessa circunstância, como algo bizarro, torna-se um tanto imprecisa: daqui Caminha chame o adorno de madeira dos lábios como “espelhos” e compare a pintura dos corpos às casas do tabuleiro de xadrez. A descrição disso, portanto, torna-se confusa e o *scilicet* vem para melhor esclarecer lugares e quantidades. Não se pode deixar de considerar que Caminha dirige-se ao rei, destinatário de sua carta e interlocutor virtual de sua escrita, e que não menos do que Caminha é suposto ignorar à realidade que o autor da missiva pretende “mimetizar”.

O quinto exemplo assemelha-se aos primeiros, no uso de um termo genérico (“viandas” no sentido de ‘alimentos’) que a seguir é retomado de modo mais detalhado especificando que é “inhame e outras sementes”.

Assim, o primeiro exemplo de glosa na carta de Caminha diz respeito ao que Authier-Revuz (1990, p. 174-5) descreve como o primeiro tipo e o segundo tipo de não-coincidência, a saber, “pontos de não-coincidência do discurso consigo mesmo” e “pontos de não-coincidência entre as palavras e as coisas”:

1. pontos de não-coincidência do discurso a si próprio nas glosas que assinalam no discurso a presença de palavras pertencendo a um outro discurso, como em: X como diz fulano; para retomar as palavras de...; como se diz abaixo, neste meio, em tal tipo de discurso; como se dizia; X, no sentido que o emprega fulano; X, no sentido de tal discurso, etc., glosas traçando no discurso, através das relações ao outro, os mais diversos, uma fronteira interior/exterior.

2. pontos de não-coincidência entre as palavras e as coisas, posta em jogo nas glosas representando as pesquisas, hesitações, fracassos, êxitos... na produção da "palavra justa", plenamente adequada à coisa como em: X, por assim dizer; X maneira de dizer; como dizer?; como direi? X; X, vale dizer Y; X, não, mas eu não encontro a palavra; não há palavra; X, é a palavra; X, não há outra palavra; etc.

Estes tipos de heterogeneidade que destaquei como sendo mais pertinentes às glosas escolhidas, correspondem, para Authier-Revuz (1990, p. 176), ao seguinte

1. da não-coincidência disto que M. Schneider (1985) chama "o não pertencimento enraizado da linguagem", teorizado no quadro do dialogismo bakhtiniano – colocando que é toda palavra que, por se produzir no meio do já-dito dos outros discursos, é habitada por o discurso outro – ou naquele, em análise do discurso, da interdiscursividade, colocando para toda palavra sua determinação por o "isso fala algures, antes, e independentemente";

2. da não-coincidência da ordem simbólica do sistema da língua e das coisas, afastamento irredutível que faz – diz Lacan – que o referente é "sempre perdido", e que reenvia a adequação, que faz das palavras "os nomes das coisas", para o lado do fantasma;

De fato, já assinei o aspecto do destinatário e interlocutor de Caminha, o rei de Portugal, o que diz respeito ao primeiro aspecto. Por outro lado, ainda nessa dimensão, Caminha dialoga com o discurso específico dos navegadores, os 'mareantes', como diz: esses, além do conhecimento técnico, dispõem de uma nomenclatura mais específica e de uma série de termos próprios de seu ofício.

Do ponto de vista da relação entre linguagem e realidade, onde como já foi apontado, pela novidade das situações e do contato com uma realidade distinta é de se esperar um estranhamento, a linguagem de Caminha tropeça no que ele (e os demais) desconhecem: não só o mundo é novo como sua linguagem, para esse mundo, parece "velha".

² No original: "toujours loupé". [NT]

Bibliografia

- Authier-Revuz, J. (1990). La non-coïncidence interlocutive et ses reflets méta-énonciatifs. In A. Berrendonner & H. Parret (Eds.), *L'interaction communicative* (173-193). Berna/Paris: Peter Lang.
- (1995). *Ces mots qui ne vont pas de soi: boucles réflexives et non-coïncidences du dire*. Paris: Larousse.
- Azevedo, J. L. (1978). *Épocas de Portugal económico – esboços de história*. Porto: Livraria Clássica.
- Barracough, G. (ed.) (1995). *Atlas da história do mundo*. São Paulo: Folha de São Paulo. [Encarte das edições de domingo da Folha de São Paulo de 12 de março a 22 de outubro de 1995. O livro foi originalmente publicado pela Times Books e, em sua 4ª edição, o editor é Geoffrey Parker]
- Baudrillard, J. (1995). *Cool memories II, crônicas 1987-1990*. São Paulo: Estação Liberdade.
- Benveniste, É. (1995). *O vocabulário das instituições indo-europeias*, vol I. Campinas: Unicamp.
- Campos, A. (1988). *Verso, reverso, controverso*. São Paulo: Perspectiva.
- Cunha, A. G. da (1982). *Dicionário etimológico Nova Fronteira da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Delumeau, J. (1984). *A civilização do renascimento* (2 v.). Lisboa: Estampa.
- Dias, C. M., Vasconcellos, E. de & Gameiro, R. (1923). *História da colonização portuguesa do Brasil - Edição monumental comemorativa do primeiro centenário da independência do Brasil*. Porto: Litografia Nacional.
- Dreyer-Eimbeck, O. (1992). *O descobrimento da terra*. São Paulo: Melhoramentos / Edusp.
- Eliade, M. (1978). *Historia de las creencias y de las ideas religiosas, I: De la prehistoria a los misterios de Eleusis*. Madrid: Cristiandad.
- (1979). *Historia de las creencias y de las ideas religiosas, II: De Gautama Buda al triunfo del cristianismo*. Madrid: Cristiandad.
- Ernout, A. & Meillet, A. (1985). *Dictionnaire étymologique de la langue latine*. Paris: Klincksieck. [4. edição]
- Guerreiro, M. V. & Nunes, E. (1974). *Pêro Vaz de Caminha, Carta a el-rei dom Manuel sobre o achamento do Brasil (1 de maio de 1500)*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Le Goff, J. (1980). O ocidente medieval e o oceano índico: um horizonte onírico. In ———, *Para um novo conceito de idade média: tempo, trabalho e cultura no ocidente* (pp. 263-280). Lisboa: Estampa.
- Lewis, C. T. & Short, C. (1951). *A Latin dictionary*. Oxford, GB: Clarendon. [1. edição 1879]
- Mallarmé, S. (1990). *Poemas*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Monegal, E. R. (1984). *Noticias secretas y públicas de América*. Barcelona: Tusquets / Círculo de Lectores.
- Orlandi, E. P. (1990). *Terra à vista*. Campinas: Unicamp.
- (Org.) (1993). *Discurso fundador: a formação do país e a construção da identidade nacional*. Campinas: Pontes.
- Paz, O. (1977). *Claude Lévi-Strauss ou o novo festim de Esopo*. São Paulo: Perspectiva.
- (1979). *Conjunções e disjunções*. São Paulo: Perspectiva.
- (1996). *Vislumbres da Índia*. São Paulo: Mandarim.
- Pessoa, F. (1980). *O eu profundo e os outros eus*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Pound, E. (1977). *Abc da literatura*. São Paulo: Cultrix.

- Quicherat, L. (1927). *Novíssimo dicionário latino-português*. Rio de Janeiro: Livraria Garnier. [9. edição]
- Rosa, J. G. (1985). A terceira margem do rio. In ———, *Primeiras estórias*, pp. 32-37. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. [14ª edição]
- Rosenfield, K. H. (org.) (1996). *T. S. Eliot & Charles Baudelaire: poesia em tempo de prosa*. São Paulo: Iluminuras.
- Santos, A. O. (1986). A carta de Pêro Vaz de Caminha ou uma escrita de ervas compridas. In Mônica Rector (coord.), *Anais do 1º colóquio luso-brasileiro de semiótica*, pp. 7-16. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense.
- Sérgio, A. (1974). *Obras completas – breve interpretação da história de Portugal*. Lisboa: Sá da Costa.
- Souza, A. M. de (1996). *A questão da transmissão da psicanálise (lacaniana no Brasil!)*. Porto Alegre. [Texto de seminário em Porto Alegre]
- Störig, H. J. (1993). *A aventura das línguas*. São Paulo: Melhoramentos.
- Todorov, T. (1993). *A conquista da América – a questão do outro*. São Paulo: Martins Fontes.
- Wilson, E. (1987). *O castelo de Axel*. São Paulo: Cultrix.